



Trabalho 198

COLEGIADOS FEDERAIS E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

ANDRADE, S. R. (1); MEIRELLES, B. H. S. (2); LANZONI, G.M.M. (3); CECHINEL, C. (4)

(1) UFSC; (2) UFSC; (3) UFSC; (4) UFSC

Apresentadora:

SELMA REGINA DE ANDRADE (selma@ccs.ufsc.br)

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA - FAPEU (subcoordenadora de curso grad)

Introdução: A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS)¹ é uma das responsabilidades constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS). As instâncias colegiadas responsáveis pela implementação da PNEPS, dentre outras instituições, são constituídas por conselhos de saúde e por comissões intergestores. A composição dos integrantes dos órgãos colegiados em saúde é definida por ato normativo do poder executivo. Os colegiados em saúde são constituídos por representações de diferentes segmentos e interesses e as relações intersegmentos nem sempre são harmônicas na tomada de decisão. Esta, em nível colegiado, é um processo que envolve múltiplas alternativas de solução aceitáveis e, na maioria das muitas vezes, desenvolvem-se em ciclos, resultantes do período de tempo entre a decisão tomada e a obtenção do produto da decisão². Objetivo: Analisar os temas e as decisões com relação à Educação Permanente em Saúde (EPS) no âmbito dos colegiados federais, no período 2007-2011. Método: Estudo de natureza qualitativa do tipo pesquisa documental³. A amostra documental constituiu-se de documentos resultantes de reuniões colegiadas do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), vinculados à estrutura do Ministério da Saúde. Foram pesquisados os seguintes termos no texto: ensino, integração, educação, permanente ou continuada, formação, capacitação. Os documentos consultados estavam disponíveis online na internet, o que torna de acesso público todo o material utilizado nesta pesquisa. Optou-se pelo recorte temporal, tomando como início a publicação da Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da PNEPS. A coleta dos dados constituiu-se por uma base documental de 133 documentos de reuniões (62 CIT e 71 CNS), das quais foram selecionados 89 (66,92%) documentos (26 CIT e 63 CNS) que continham os termos de inclusão para uma análise aprofundada. Concluída a coleta de dados, iniciou-se a análise temática, segundo as etapas estabelecidas: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos dados obtidos⁴. Realizou-se a organização dos dados e sistematização das principais ideias por meio da leitura flutuante. Com base nos critérios de representatividade e de pertinência foi possível identificar três unidades de temas, a saber: Formação de profissionais qualificados; Capacitações em saúde; e, Gestão em saúde. Resultados: Na primeira unidade temática, 'Formação de profissionais qualificados', percebe-se o enfoque na atuação interdisciplinar, demonstrando a preocupação em promover uma assistência integral e qualificada. Tal fato é revelado pela persistente presença das residências multiprofissionais em saúde dentre os temas citados. Dessa forma, além de desenvolver a educação permanente, é fortalecida também a integração entre os múltiplos profissionais envolvidos no processo de saúde, possibilitando, assim, o aprendizado de uma saúde integral. Evidencia-se, ainda, que a preocupação em fortalecer a integração ensino e serviço acontece no cerne da formação dos profissionais de saúde, o que se evidencia pelas repetidas deliberações no âmbito nacional envolvendo os temas PET-saúde e Pró-saúde. Estas decisões se relacionam à instituição destes programas em diversos municípios, ao seu financiamento e atividades desenvolvidas. A forte presença de temas como o UNASUS e o Telessaúde revela que a EPS visa ultrapassar barreiras físicas para atingir os profissionais, proporcionando a qualificação de trabalhadores independente da distância que se encontram dos centros formadores. Na unidade temática 'Capacitações em saúde' verificaram-se incentivos no âmbito do aprimoramento técnico das diferentes categorias profissionais, com destaque à capacitação de conselheiros, bem como dos profissionais de nível médio através do PROFAPS, profissionais envolvidos na assistência direta, seguidos pelos gestores, membros dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), equipes multiprofissionais, e Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Foram informados, ainda, os temas das capacitações profissionais, com ênfase na saúde do trabalhador, nos cursos de ouvidoria do SUS, informática, saúde mental, dengue, Atenção Primária em Saúde, hanseníase, oncologia, saúde indígena, povos do campo e floresta, saúde da população negra, controle social, cartão do SUS, área



30 DE AGOSTO A 01 DE SETEMBRO DE 2012
UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA - UNAMA - CAMPUS BR
BELÉM (PA)

13º SENADEN
SEMINÁRIO NACIONAL DE DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM



Trabalho 198

de transplantes, tuberculose, doença celíaca, saúde bucal, Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (DST/AIDS), urgências e emergências, saúde do idoso, saúde materno-infantil, saúde da família, exploração sexual infantil, e práticas integrativas e complementares. Assunto transversal e indispensável às boas práticas em saúde, a unidade temática ?Gestão em saúde? revelou ações desta esfera de governo relacionadas à gestão, avaliação da política e financiamento. Neste eixo, o público-alvo destacado foram os profissionais de nível médio, conselheiros de saúde, gestores, profissionais atuantes diretamente com a população, e membros dos CEPs. As estratégias para implementação das ações de EPS deliberadas nessa esfera de governo foram o PET-saúde e Pró-saúde, os programas de residência, o Telessaúde, o UNASUS, Curso de capacitações de Gestores. Os encaminhamentos se concentraram no financiamento da política, tendo como principais alvos os profissionais de nível médio, os profissionais da rede, e conselheiros de saúde. Conclusão: A EPS surgiu em temas significativamente relacionados à PNEPS e o financiamento na área de qualificação e educação profissional. Ressalta-se que o conhecimento sobre as temáticas de interesse das esferas colegiadas gestoras em Educação Permanente em Saúde contribui para dar visibilidade aos tempos de execução, bem como aos caminhos desenhados para a condução dessa política. Além disso, permite refletir sobre o processo de consolidação das políticas de saúde, a partir das prioridades elencadas para atuação dos profissionais. Contribuições para a enfermagem: Educação permanente é um processo educativo no seio trabalho em saúde. No entanto, muito da ação desenvolvida nesse sentido é impulsionada por políticas indutoras deliberadas nos órgãos de decisão governamental. Os efeitos de tais políticas no âmbito da educação permanente aos profissionais de enfermagem influenciam, em última instância, a qualidade de assistência prestada. Os resultados desta pesquisa pode contribuir para uma avaliação das necessidades dos currículos e serviços e para a ampliação da articulação ensino-serviço nos diversos níveis de atenção. Referências: 1. Brasil. Portaria No. 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. DOU. Brasília, n. 162, 22 ago. Seção 1. 2007. 2. Shimizu, T. Decisão nas organizações. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2006. 419p. 3. Cellard A. A análise documental. In: Poupart J, et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes; 2008. 4. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11a ed. São Paulo: Hucitec; 2008.